



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer N.º 441/2024/CCJR

Referente ao Veto Parcial N.º 21/2024 – Mensagem N.º 42/2024 -  
aposto ao Projeto de Lei n.º 1454/2023 que “Dispõe sobre a proibição  
da comercialização e uso de medicamentos denominados “anti-cio”;  
para as espécies que especifica e dá outras providências”. Autor:  
Deputado Júlio Campos

Autor: Poder Executivo

Relator (a): Deputado (a) Eliza Nascimento

### I – Relatório

O presente veto foi recebido pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 20/03/2024. Após, foi encaminhado para esta Comissão no dia 25/03/2024, e aportado na mesma data, tudo conforme às fls. 02/04v.

Submete-se a esta Comissão o Veto Parcial N.º 21/2024 – Mensagem N.º 42/2024 aposto ao Projeto de Lei N.º 1454/2023 que “Dispõe sobre a proibição da comercialização e uso de medicamentos denominados “anti-cio”; para as espécies que especifica e dá outras providências.”.

O Governador do Estado, apresentou o veto ao dispositivo abaixo relacionado:

"Art. 3º A presente Lei será regulamentada nos termos do Art. 38-A da Constituição Estadual."

Nas razões do veto o Governador aponta o seguinte:

Instada a manifestar-se, a Procuradoria Geraí do Estado opinou pelo veto parcial da proposta, em razão da inconstitucionalidade do art. 3º do projeto de lei em comento, de acordo com o tópico elencado em parecer, o qual acompanho integralmente:

- Inconstitucionalidade material por ilegitimidade do Poder Legislativo para fixação de prazo ao Poder Executivo para regulamentação de norma, conforme estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.727. Violação aos arts. 2º e 84. II, da Constituição Federal.

É o relatório.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



## II – Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de acordo com o artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e artigos 302, § 1º e 369, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e regimental sobre todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa, bem como sobre os vetos que tenham por fundamento a inconstitucionalidade.

De acordo com o artigo 42 da Constituição do Estado de Mato Grosso, o governador somente pode vetar o projeto de lei por inconstitucionalidade ou que seja contrário ao interesse público, *in verbis*:

**Art. 42** O projeto de lei, após concluída a respectiva votação, se rejeitado pela Assembleia Legislativa, será arquivado; se aprovado, será enviado ao Governador do Estado que, aquiescendo, o sancionará no prazo de quinze dias úteis.

§ 1º Se o Governador do Estado considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos do veto ao Presidente da Assembleia Legislativa.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

As razões do veto recaem sobre o artigo 3º:

**Fundamento - razão do veto aposto ao art. 3º**, ilegitimidade do Poder Legislativo para fixação de prazo, ao Poder Executivo, para regulamentação de norma, conforme estabelecido pelo STF na ADI 4.727: violação ao art. 2º da Constituição Federal.

**Tal argumento não merece prosperar**, pois, embora o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.727 tenha definido que o Poder Legislativo não possa definir prazo para a regulamentação, o fato é que o art. 38-A da Constituição do Estado de Mato Grosso prevê tal regra. Logo, presume-se constitucional o artigo, embora a presunção seja relativa, ou seja, o Supremo Tribunal Federal pode vir a declarar o artigo 38-A inconstitucional, mas enquanto isso não acontecer a presunção é de constitucionalidade do artigo. Logo, o art. 3º goza da presunção de constitucionalidade, visto que essa é uma regra que está posta na Constituição Estadual.





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Portanto, com base no artigo 42, § 1º da Constituição Estadual pode o Governador do Estado vetar o projeto, sendo que, ante as razões do veto, o mesmo deve ser derrubado com relação ao **artigo 3º**.

É o parecer.

### III – Voto do (a) Relator (a)

Diante do exposto, voto pela **derrubada** do Veto Parcial N.º 21/2024 – Mensagem N.º 42/2024, de autoria do Poder Executivo, com relação ao **artigo 3º da proposição**.

Sala das Comissões, em 26 de 03 de 2024.

### IV – Ficha de Votação

Veto Parcial N.º 21/2024 – Mensagem N.º 42/2024 – Parecer N.º 441/2024/CCJR
Reunião da Comissão em 26 / 03 / 2024
Presidente: Deputado (a) Drº Eugênio
Relator (a): Deputado (a) Elizeu Nascimento

Voto Relator (a)
Diante do exposto, voto pela <b>derrubada</b> do Veto Parcial N.º 21/2024 – Mensagem N.º 42/2024 de autoria do Poder Executivo, com relação ao <b>artigo 3º da proposição</b> .

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	